

Apontamentos sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil nos anos de 1500 a 1822

Notes on Portuguese Language Teaching in Brazil from 1500 to 1822

Notas sobre la enseñanza de la lengua portuguesa em Brasil de 1500 a 1822

Margarete von Muhlen Poll

 <http://orcid.org/0000-0002-8699-5138>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Alexandre Macedo Pereira

 <https://orcid.org/0000-0001-7093-582X>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Talliandre Matos da Silva Pereira

 <https://orcid.org/0000-0003-1745-7579>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

Este artigo aborda o ensino de língua portuguesa no Brasil no período que antecedeu a independência do País. Nesse sentido, abordará questões referentes ao método de ensino, aos materiais didáticos e ao formato das aulas que se propunham a ensinar a língua portuguesa. A pesquisa foi realizada em documentos legislativos oficiais, em artigos científicos e em relatos publicados que compreendem o marco histórico acima referido. O objetivo geral desta pesquisa é analisar a forma como o ensino de língua portuguesa se dava à época. Mais especificamente, objetiva-se apresentar o processo de ensino da língua portuguesa, abordando as formas de realizá-lo e quais conteúdos eram priorizados. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho bibliográfico e documental, uma vez que ela trabalha com textos teóricos das áreas de história, educação e ensino de língua portuguesa e analisa documentos legislativos, relatos e artigos. Após a leitura e análise dos documentos e dos artigos científicos sobre o tema, identifica-se que o ensino de língua portuguesa, no período que compreende esta pesquisa, dava-se basicamente a partir de textos de cunho religioso e documental e o ensino de leitura precedia o da escrita.

Palavras-chave: língua portuguesa, ensino de língua portuguesa, escrita.

Abstract

This article addresses the teaching of the Portuguese language in Brazil in the period leading up to the country's independence. In this sense, it will address issues relating to the teaching method, teaching materials and the format of classes that were intended to teach the Portuguese language. The research was carried out on official legislative documents, scientific articles and published reports that comprise the aforementioned historical landmark. The general objective of this research is to analyze the way Portuguese language was taught at the time. More specifically, the objective is to present the process of teaching the Portuguese language, addressing the ways of carrying it out and which contents were prioritized. Methodologically, the research is bibliographic and documentary in nature, as it works with theoretical texts from the areas of history, education and Portuguese language teaching and analyzes legislative documents, reports and articles. After reading and analyzing the documents and scientific articles on the topic, it was identified that the teaching of the Portuguese

language, in the period comprising this research, was basically based on texts of a religious and documentary nature and the teaching of reading preceded writing.

Keywords: portuguese language, teaching portuguese language, writing.

Resumen

Este artículo aborda la enseñanza de la lengua portuguesa en Brasil en el período previo a la independencia del país. En este sentido, abordará cuestiones relativas al método de enseñanza, los materiales didácticos y el formato de las clases que estaban destinadas a la enseñanza de la lengua portuguesa. La investigación se realizó sobre documentos legislativos oficiales, artículos científicos e informes publicados que conforman el mencionado hito histórico. El objetivo general de esta investigación es analizar la forma en que se enseñaba la lengua portuguesa en la época. Más concretamente, el objetivo es presentar el proceso de enseñanza de la lengua portuguesa, abordando las formas de realizarlo y qué contenidos se priorizaron. Metodológicamente, la investigación es de carácter bibliográfico y documental, ya que trabaja con textos teóricos de las áreas de historia, educación y enseñanza de la lengua portuguesa y analiza documentos, informes y artículos legislativos. Después de la lectura y análisis de los documentos y artículos científicos sobre el tema, se identificó que la enseñanza de la lengua portuguesa, en el período que comprende esta investigación, se basó básicamente en textos de carácter religioso y documental y la enseñanza de la lectura precedió a la escritura.

Palabras clave: lengua portuguesa, enseñanza de la lengua portuguesa, escritura.

Introdução

O século XVI foi um período de expansão comercial, política e territorial da Europa, uma época de conquista e de colonização do chamado Novo Mundo, incluindo-se o território que, mais tarde, viria a ser denominado Brasil. Esta colonização trouxe consequências diretas para os caminhos das línguas aqui já faladas e para as trazidas para cá.

O Brasil até 1822 era território português e, assim, politicamente regido pela Coroa portuguesa. Aqui eram faladas as línguas gerais, que recobriam as línguas dos povos nativos; o latim, trazido pelos jesuítas e empregado por eles também no ensino; o português, trazido pelos colonizadores portugueses; e as línguas de matriz africana, trazidas pelos escravos. Com a invasão francesa no Rio de Janeiro e no Maranhão, no século XVI e XVII, falava-se também francês; com a invasão holandesa no Nordeste, no início do século XVII, falava-se também holandês, embora essas línguas estivessem mais restritas às regiões das invasões. Após a independência, 1822, iniciou-se o processo de imigração no Brasil, o que trouxe também outras línguas, como alemão, italiano, japonês. Neste artigo, no entanto, ocupar-nos-emos apenas da questão do ensino da língua portuguesa no Brasil, no período que compreende a pesquisa.

Este artigo analisa documentos oficiais do governo português, uma vez que a sede do governo era Portugal, relatos da época anterior à independência do Brasil e textos de autores que trabalharam temas relativos à língua portuguesa e a seu ensino, a fim de entender

como se realizavam as aulas de língua portuguesa no Brasil até o período de sua independência política. É preciso dizer que, à época, não havia ainda a disciplina de língua portuguesa tal como é conhecida hoje.

Os documentos originais que compõem o *corpus* deste artigo são textos esparsos, uma vez que há poucos relatos e documentos sobre o ensino no período, portanto não utilizaremos apenas um tipo ou veículo de informação. Basear-nos-emos também em artigos científicos que abordam o período em questão.

Ainda, é preciso lembrar que não havia, à época, imprensa no Brasil, e os materiais de registo eram escassos. Além disso, o número de habitantes com acesso à escrita era reduzido no período que abrange esta pesquisa.

Estudar o ensino de língua portuguesa no período do Brasil Colônia nos interessa, principalmente, por quatro motivos: a) haver pouca documentação primária sobre as condições e métodos de ensino de língua portuguesa no período, o que nos leva a entender que é de suma importância o registro e a análise do pouco material existente sobre o processo de ensino de língua portuguesa neste período; b) ser um dado histórico para a linguística e para a historiografia da língua portuguesa no Brasil; c) ser um período em que o Brasil ainda era um espaço social, territorial, político, econômico e cultural em formação enquanto Estado nos moldes da Europa e um período em que não havia muitos materiais disponíveis para a escrita e para o ensino, e os que havia eram caros; e d) estudar como se deu o ensino de língua portuguesa em períodos passados e dentro de seu contexto é debruçar-se sobre a formação humana no Brasil Colônia.

Assim, com este artigo, pretendemos analisar como o ensino de língua portuguesa se dava no Brasil na época anterior à sua independência. Especificamente, objetivamos a) descrever como o ensino de língua portuguesa ocorria, dada a escassez de recursos materiais, humanos e financeiros para este ensino; b) refletir acerca da prevalência de determinados conteúdos nas aulas de língua portuguesa; e c) apresentar os modos de ensino da leitura e da escrita à época.

Entendemos que um fenômeno histórico, como o fenômeno do ensino da língua portuguesa, por exemplo, não se explica plenamente fora do seu contexto. Nesse sentido, a historiografia da língua portuguesa pode nos ajudar a entender o como e o porquê de o ensino de língua portuguesa ter se dado em determinados moldes.

A bibliografia que tomamos como referência para este estudo compõe-se de obras das áreas de historiografia da língua portuguesa, história do Brasil, história da educação e

linguística. Para tal, baseamo-nos, entre outras, em obras de Paiva (2000), Villela (2000), Hansen (2000), Soares (2002), Priori (2006), Chambouleyron (2006), Villalta (2018 e Faraco (2019). Também nos baseamos em documentos como Leis (Portugal, 1758; 1759; 1772) e Crônicas do Padre Vasconcellos (1865, a primeira edição é de 1663).

Do ponto de vista da historiografia da língua portuguesa, as fontes primárias podem apontar para uma gama variada de documentos e de gêneros de textos para a pesquisa, como narrativa, cartas, cartas de viagem, ensaios, registros, documentos dos governos etc. que contêm informações relevantes para a pesquisa historiográfica da língua. Assim, inicialmente, tínhamos a expectativa de encontrar uma gama maior de registros originais sobre o ensino de língua portuguesa, principalmente após o período da Reforma Pombalina, que ocorreu em 1759, uma vez que esta Reforma tornou o ensino da língua portuguesa obrigatório em todas as escolas da colônia, bem como o uso da língua portuguesa em todos os seus territórios. Isso, porém, não ocorreu. Os documentos primários sobre o assunto são escassos. Essa escassez abrange os quatro primeiros séculos de construção do Brasil. Além disso, alguns documentos primários de que temos notícias ficam restritos a acervos privados e/ou ainda foram não digitalizados, o que dificulta o acesso a eles.

A abordagem metodológica utilizada neste trabalho é de natureza básica. Para Paiva (2019, p. 11), “a pesquisa básica tem por objetivo aumentar o conhecimento científico, sem necessariamente aplicá-lo à resolução de um problema”. Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que tem a finalidade compreender, descrever e/ou explicar fenômenos sociais (Flick, 2007 *apud* Paiva, 2019).

Pelas características da pesquisa, trata-se de uma investigação documental, que, segundo Pádua (1997, p. 62) *apud* Piana (2009, p. 122) é realizada com base em: “[...] documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais [...]”.

A pesquisa documental trabalha com fontes primárias ainda não analisadas ou já analisadas, e que podem receber nova análise. Ela pode ser realizada em documentos contemporâneos ou não, desde que sejam autênticos. A pesquisa em questão foi realizada em documentos não contemporâneos (Portugal, 1758; 1759; 1772; Vasconcellos, 1865) e também em fontes contemporâneas secundárias, ou seja, baseada em textos de autores que estudaram o assunto e analisaram documentos primários ou não primários.

Este artigo estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, realizamos uma

contextualização do período histórico que abrange a pesquisa; após, discorremos sobre a organização escolar jesuítica e o ensino no Brasil após a expulsão dos mesmos, que ocorre com o Decreto Pombalino de 28 de junho de 1759; na sequência, dissertamos sobre o ensino da leitura e da escrita; por último, trazemos um apanhado geral do estudo realizado, também denominado de conclusão, e as referências bibliográficas que serviram de base para nosso estudo, nossas análises e nossas ponderações aqui realizadas.

1. Uma contextualização histórica do ensino da língua portuguesa no Brasil colônia

Até o início do século XIX, o ensino de língua portuguesa no Brasil estava ligado aos interesses da Coroa portuguesa e da Igreja Católica. A colonização do Brasil estava vinculada à Igreja Católica, uma vez que Portugal se configurava como um Estado confessional, assim a expansão colonialista portuguesa estava associada também à difusão do catolicismo. Portugal, à época do Brasil Colônia, era regido pelo estatuto do padroado - uma outorga de um grau de controle sobre a Igreja local concedida pela Igreja Romana a um administrador civil.

Em razão do forte vínculo entre Estado e Igreja Católica, o ensino no Brasil ficou majoritariamente a cargo da Companhia de Jesus, que chegou ao país em 1549 e aqui implantou os primeiros colégios, subsidiada pela Coroa portuguesa (SAVIANI, 2015).²⁶ É importante salientar que o governo central não regulava o ensino jesuítico; este ficava sob a direção dos jesuítas e de seus discípulos.

Cabe-nos lembrar que o Concílio de Trento (1543)²⁷ redefiniu a Igreja Católica e prescreveu que a comunidade incluía todas as populações gentias das novas terras conquistadas, e as ordens lá fundadas deveriam exercer o magistério e o ministério da Igreja (HANSEN, 2000). Os objetivos do ensino eram: catequizar as populações gentias e formar pessoas para o exercício do ministério da Igreja.

O objetivo do ensino da língua aos índios gentios (ou seja, não cristianizados) era o de instrumentalizá-los para o exercício do catolicismo. Para tal, não era necessário ensinar especificamente a língua portuguesa, que era a língua da colonização. Para atingir o objetivo

²⁶ Havia, também, algumas escolas vinculadas à Ordem dos Beneditinos, à Ordem dos Franciscanos e à Ordem dos Carmelitas.

²⁷ O Concílio de Trento é conhecido como o concílio da Contrarreforma Católica e teve como principal objetivo reafirmar dogmas da Igreja Católica. Ao todo, foram realizadas 25 sessões no Concílio de Trento.

de transformar os gentios em cristãos, os jesuítas usavam a língua falada na terra a que chegavam. No Brasil, ensinavam a língua geral tupi, também chamada de língua brasílica (SILVA, 2004). Nesse contexto, em 1595, é publicada, em Coimbra, a obra “A arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil”, escrita pelo padre José de Anchieta, da Companhia de Jesus. O objetivo dela era a de que todos os missionários aprendessem a língua da terra onde exerciam seu trabalho, seu ministério. Além da gramática acima referida, no século XVI, os missionários jesuítas compilaram o “Vocabulário da língua brasílica”, um dicionário português-tupi, que foi publicado apenas em 1938.

Com os objetivos estabelecidos, segundo Paiva (2000, p. 43), “desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever, a contar e a cantar.”. Na concepção do autor, alfabetizar os índios no Brasil, quando nem em Portugal o povo era alfabetizado, significava a “adesão *plena* à cultura portuguesa. [...] trata-se de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade.” (PAIVA, 2000, p. 43-44). Isso porque, nas palavras do autor (2020, p. 43), as letras “pertencem à corte, como eixo social.”

Os filhos dos “principais da terra²⁸” também frequentavam as escolas jesuíticas e, segundo Paiva (2000, p. 44), “[...] seriam ou padres ou advogados, ocupariam os cargos públicos, possibilitam à sociedade se reproduzir.” Pode-se dizer, assim, que já na escola jesuítica os caminhos que os alunos seguiriam estavam determinados desde cedo. Uns serem aculturados e outros reproduziriam o modelo da sociedade portuguesa.

2. A organização escolar jesuítica

Sobre a forma como se organizaram as primeiras escolas jesuíticas, apresentamos um relato do Padre Simão Vasconcelos (1597-1671), presente na obra “Chronica da Companhia de Jesus do Brasil”, cuja primeira edição foi em 1663²⁹, sobre a fundação do Casa de São Vicente. O trecho abaixo transcrito da “Chronica” traz notícias “Do Estado do Brasil (anno de 1549)”:

²⁸ O autor não define quem seriam os “principais da terra”, porém pode-se depreender que eram pessoas com poder aquisitivo e político à época.

²⁹ A edição a que temos acesso é de 1865, cuja obra reproduz a edição de 1663, primeira edição da obra de Vasconcellos: “Límitámo-nos portanto a reproduzir fiel e escrupulosamente, quanto em nós coube, a edição primitiva de 1663, e até agora única, pelo que respeita á Chronica, propriamente dita [...].” (VASCONCELLOS, 1865).

Não havia junto ao mar povoações de índios (principal intento da missão,) nem era conveniente ainda largar os Portugueses: deu em huma traça a caridade engenhosa do P. Leonardo; poz-se a caminho em companhia de hum dos mais robustos Irmãos, bom língua, e atravessou a pé aquellas fragosas serranias [...], naquelle tempo mais bravias, e das aldeãs de gentios, que por aquellas mattas vivião: teve poder com sua autoridade, ajudada da língua eloquente do companheiro, pêra negociar, que lhe entregassem os filhos pequenos, porque queria trazel-os comsigo pera o mar, e ensinar-lhes entre os Portugueses as cousas da Fé, e dar-lhes a agoa do bautismo. Dura causa accometeo o Padre; porque o mesmo he a esta gente arrancar-lhes os filhos, que arrancar-lhes o coração; porém entrava aqui a mão de Deos: elles os entregarão, e o Padre os trouxe em grande numero, quaes ovelhinhos, á Casa de S. Vicente, em a qual com outros mestiços da terra, e alguns órfãos vindos de Portugal, formou hum seminário onde os nossos lhes ensinavão a fallar portuguez, ler, escrever e ainda latim a alguns mais hábeis; e a volta de tudo os bons costumes, e doutrina christãa [...]. (VASCONCELLOS, MDCCCLXV (1865), p. 43-44)³⁰

Nas escolas jesuítas nos séculos iniciais da colonização, segundo o relato acima, além do ensino das “coisas da fé” e/ou dos “bons costumes e a doutrina cristã”, os estudos compreendiam “fallar portuguez, ler, escrever e ainda latim a alguns mais hábeis”. A língua latina era ensinada apenas aos “mais hábeis”, ou seja, aos que seguiriam com seus estudos. Nesse sentido, Soares (2002) afirma que, até o século XVIII, poucos se escolarizavam, e esses pertenciam a camadas privilegiadas, cujo interesse era seguir o modelo educacional vigente, que era fundamentado no aprendizado do latim. Ademais, a língua portuguesa, à época, era considerada língua vulgar e, assim, deveria ser apenas uma forma de intermediar/um instrumento para o aprendizado do latim. O estudo da gramática portuguesa é visto como um apoio para o estudo da gramática latina.

Além das escolas formadas pelos padres jesuítas, como aponta o relato acima sobre a criação do Colégio Literário São Vicente no início do século XVII, havia também aulas nas aldeias, ministradas pelos padres jesuítas. Nelas havia escolas em que os padres ensinavam ler, escrever e contar, somado ao ensino da doutrina cristã. Ali, as crianças não habitavam as casas especiais, elas moravam com seus pais (CHAMBOULEYRON, 2006).

Segundo Chambouleyron (2006, p. 75), nas casas das vilas onde os padres se recolhiam eram realizados os estudos mais avançados, como o de gramática e de latim. “Assim, estas casas e, principalmente, os colégios serviam como centros de formação, não só dos próprios jesuítas, mas também daqueles que se destacavam nos estudos [...]. (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 75). Ainda nesse sentido, o autor (2006, p. 79) afirma que: “Além das escolas de ler, escrever e contar, na década de 1580, havia no Colégio de Pernambuco classes de gramática. [...]. No do Rio de Janeiro, uma lição de casos de

³⁰ Em todas as transcrições de documentos neste artigo, foram respeitadas as formas de escrita do texto original.

consciência e uma de gramática.” Esses dados mostram que havia estudos mais avançados de língua portuguesa logo no início da colonização.

Importante dizer que, até meados do século XVIII, não havia uma disciplina chamada propriamente de língua portuguesa ou português. A disciplina língua portuguesa só viria mais tarde, após as reformas pombalinas, como veremos mais adiante. Havia aulas de ler e escrever, que se destinavam à alfabetização. O português constituía-se em uma língua de alfabetização nas escolas. Da alfabetização, partia-se para o ensino do latim. “No ensino secundário e no superior estudava-se gramática da língua latina e retórica [...].” (SOARES, 2002, p. 158).

De acordo com Soares (2002), a ausência da língua portuguesa não se dava apenas no currículo das escolas, ela também ocorria na vida social dos que aqui viviam, uma vez que aqui se falava a língua geral (esta recobria as línguas indígenas aqui faladas), o latim (empregado no ensino secundário e superior dos jesuítas) e o português (falado pelos portugueses que aqui viviam). A língua comumente empregada no convívio social e pragmático e para a evangelização era a língua geral (SOARES, 2002).

Para o ensino, os padres da Companhia de Jesus adotavam o método de estudos conhecido como *Ratio Studiorum*, desenvolvido na Europa, no final do século XIV. Esse método apresentava instruções quanto ao conteúdo a ser ministrado, distribuição de prêmios aos alunos, métodos de ensino, entre outros.

Além das escolas jesuíticas, havia variadas formas e locais para ensinar e aprender. Padres ligados aos engenhos ensinavam a filhos de donos de fazendas e de agregados e, inclusive, algumas vezes, a filhos de escravos. Nos centros urbanos, havia uma diversidade maior de formas e locais de ensino.

Nesse sentido, Faria Filho (2000) afirma que, desde o descobrimento até o século XIX, o ensino funcionava, na maior parte das vezes, na casa dos professores ou nas fazendas e seguia o método individual de ensino, que consistia em que um professor, mesmo com vários alunos, precisava ensinar a cada um individualmente. Segundo o cálculo de um professor da época, de uma jornada de quatro horas aula por dia “[...] cada aluno tem por dia 4 ½ minutos de lição de leitura, 3 de escrita e ½ de cálculo.” (PEREGRINO, 1839; *apud* FARIA FILHO, 2000, p. 140).

Cabe lembrar que não havia ainda um modelo regulamentado de ensino, e a pessoa que tivesse conhecimentos suficientes para realizá-lo poderia ofertar o ensino. A função

docente não era especializada e era, muitas vezes, oferecida como atividade secundária, segundo Villela (2000).

Mais tarde, quando se começa a traçar um “plano” para o ensino nacional, os docentes passam a ser confrontados com um projeto laicizante de educação e passam a ser funcionários do governo. Esse projeto, embora se inicie com o decreto pombalino, é instituído oficialmente com a Lei Geral do Ensino de 1827. A partir da promulgação da referida Lei, inicia-se um processo de “homogeneização, unificação e hierarquização em relação às iniciativas diversificadas que caracterizam a fase anterior.” (VILLELA, 2000, p. 100).

3. O ensino de língua portuguesa no Brasil a partir da Reforma Pombalina

A Companhia de Jesus encerrou suas atividades durante a administração do Marquês de Pombal. Em 1858, ocorreu a proibição do uso da língua geral e a imposição do uso da língua portuguesa na Colônia; em 1859, foi proibido o uso do método jesuítico de ensino no Brasil. Através do Alvará de Lei de 17 de agosto de 1758, parágrafo sexto, Marquês de Pombal proibiu o uso da língua geral e impôs a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa em todas as comunicações oficiais e no ensino:

§6 Sempre foi maxima inalteravelmente praticada em todas as nações, que conquifirão novos domínios, introduzir logo nos póvos conquistados o seu proprio idiôma, por ser indisputavel que esse he hum dos meios mais efficazes para desterrar dos póvos rusticos a barbaridade dos seus· antigos · costumes; e ter mostrado a experiençia que, ao mesmo tempo que introduz nelles o uso da Língua do Príncipe que os conquistou, se lhes radica tambem o affeto, a veneraçao e a obediencia ao mesmo Príncipe. Observando pois todas as nações polidas do Mundo este prudente e polido sistema nesta conquista se praticou tanto pelo contrario, que só cuidao os primeiros conquistadores estabelecer nella o uso da Língua, que chamão geral, invençao verdadeiramente abominavel e diabólica, para que privados os indios de todos aquelles meios que os podiao civilizar, pernianecessem na rustica e barbara sujeição em que até agora se conservavam. **Para desterrar este pernicioso abuso, será hum dos principaes cuidados dos Diretores estabelecer nas suas respectivas povoacões o uso da Lingua Portugueza, não consentindo por modo algum, que os meninos e meninas que pertencerem ás Escólas e todos aquelles indios que fôrem capazes de instruçao nessas matérias usem da língua propria das suas nações ou da chamada geral; mas unicamente da Portugueza, na fôrma que Sua Magestade tem recemendado em repetidas Ordens, que até agora se não observarão com total ruina Espiritual e Temporal do Estado.** (PORTUGAL, 1758, grifo nosso).

Com essa determinação, Pombal define explicitamente, pela primeira vez, uma política linguística para o Brasil (POLL, PEREIRA e SILVA, 2022). Pombal define a língua

portuguesa como língua oficial da Colônia.

Já o Alvará de 28 de junho de 1759, através do qual se reformaram os estudos do latim, do grego e da retórica, proibiu o uso do método de ensino dos jesuítas e criou as aulas régias de Gramática Latina, Retórica e Grego. O Suplemento do referido Alvará, em seu Artigo VI, define que:

[...] para que os estudantes vão percebendo com mais facilidade os princípios da Grammatica Latina, eh util que os Professores lhes [aos alunos] vão dando huma noção da Portugueza; advertindo-lhe tudo aquilo, em que tem alguma analogia com a Latina, e especialmente lhes ensinarão a distinguir os Nomes, os Verbos, e as Partículas por que se podem dar a conhecer os casos. (PORTUGAL, 1759).

O trecho anteriormente citado do referido Suplemento deixa entrever que havia uma necessidade de ensinar uma noção da língua portuguesa (PORTUGAL, 1759) não para o emprego efetivo desta pelos alunos; o objetivo maior era que o ensino de uma noção da língua portuguesa servisse de caminho (de intermediação) para o aprendizado da língua latina e, especificamente, para entender o funcionamento da sintaxe de casos da língua latina. Entendemos este documento como revelador e, de certa forma, contraditório ao que preconizavam as reformas pombalinas, que apregoavam que a língua do Rei é a língua do povo. Assim sendo, aprender a língua do Rei para dominar a fala e a escrita desta deveria ser o objetivo primeiro num contexto em que se decretou a língua portuguesa a língua oficial da Colônia e que esta deveria ser empregada em toda comunicação oficial e no ensino.

Esse olhar sobre a língua portuguesa ainda como língua a intermediar o ensino da língua latina toma outra forma anos mais tarde, com a publicação da Lei de 6 de novembro de 1772, que criou as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além da cadeira de Filosofia. O objetivo das aulas de língua portuguesa aqui era o efetivo aprendizado da sintaxe e da ortografia, não com a finalidade de servir de intermediação ao ensino da língua latina, “mas para que seus respectivos discípulos possão escrever correcta, e ordenadamente” (PORTUGAL, 1772), conforme ordena a Lei de 06 de novembro de 1772:

V. Item Ordeno: Que os Mestres de lêr, escrever, e contar, sejão obrigados a ensinar não sómente a boa fórmula dos caracteres; mas tambem as Regras geraes da Orthografia Portugueza: e o que necessario for da Syntaxe della; para que os seus respectivos Discípulos possão escrever correcta, e ordenadamente. (PORTUGAL, 1772).

Portugal começa a defender o ensino da língua vernácula como a língua principal, e não mais a língua latina, por volta de meados do século XVIII. Segundo Faraco (2019), a Reforma Protestante (século XVI) foi um dos eventos que contribuíram para consolidar as línguas vernáculas na Europa, uma vez que os reformadores entendiam que os fiéis deveriam ter acesso à Bíblia em suas línguas vernáculas. Por conseguinte, a Reforma Protestante também contribuiu para a instalação do ensino das línguas vernáculas. A síntese dessa nova pedagogia, segundo o autor, foi apresentada por Jan Comenius, na obra “*Didactica Magna*”, publicada em 1627, em língua materna, não na língua latina, como vinha ocorrendo até então.

A defesa efetiva do ensino da língua vernácula em Portugal, porém, só ocorreu com a publicação da obra “O verdadeiro método de estudar”, de Luís Antônio Verney, publicada em 1746 (FARACO, 2019). A tese de Verney, no entanto, só se efetivou no século XIX, com a publicação do Alvará de Lei de 17 de agosto de 1758 de Marquês de Pombal, Ministro do Rei José I.

Cabe destacar que, apesar da expulsão dos jesuítas do território brasileiro, a influência da educação jesuítica continuou no Brasil Colônia, uma vez que a Coroa portuguesa não criou um sistema público que substituísse o paradigma jesuítico. Para Maciel e Shigunov Neto (2006, p. 475):

A reforma de ensino pombalina pode ser avaliada como sendo bastante desastrosa para a Educação brasileira, [...] pois destruiu uma organização já consolidada e com resultados, ainda que discutíveis e contestáveis, e não implementou uma reforma que garantisse um novo sistema educacional.

Importante destacar que, para substituir o sistema jesuítico de ensino, foram criadas as “Aulas Régias” (através do Alvará de 1759), cujo sistema deveria ser implantado em todas as colônias portuguesas. Esse sistema educacional foi sustentado por um tributo, o chamado “subsídio literário”, e as aulas de língua portuguesa deveriam ser ministradas em detrimento das de latim, como forma de afirmar a dominação portuguesa.

Após o período de administração de Pombal, porém, o ensino no Brasil voltou a ser organizado por ordens religiosas, uma vez que não havia instituições públicas de ensino no Brasil. A Igreja Católica, então, foi autorizada pelo príncipe-regente, D. João VI, a instruir e catequizar os indígenas novamente.

À vista disso, Villalta (2018) afirma que as diferenças entre o ensino jesuítico e o ensino realizado após as reformas educacionais pombalinas não apresentam mudanças substanciais na educação brasileira. Segundo Hilsdorf (2001, p. 70), mudanças mais

substanciais ocorrem nos anos 1820 e 1830, quando são publicados documentos redigidos por ilustrados e liberais brasileiros, ou seja, no período pós-independência.

4. O ensino da leitura e da escrita no Brasil Colônia

Desde a chegada dos europeus ao Brasil, a língua dos povos nativos foi um entrave para a conversão dos gentios, uma vez que era por meio da palavra que os missionários jesuítas realizavam a conversão das almas que vieram conquistar. O ensino da leitura e da escrita entre os séculos XVI e XVIII no Brasil estava atrelado à catequização das populações locais.

Para atingir os objetivos de conversão, os missionários reduzem as línguas indígenas a uma escrita e uma gramática compatíveis com a estrutura do latim, para ensiná-las em seus colégios, como mencionamos anteriormente. Assim, muitos textos com fins catequéticos foram traduzidos para a língua indígena pelos jesuítas, como textos do âmbito religioso, como o catecismo romano, orações, sermões, entre outros (DAHER, 1998, p. 33). As gramáticas das línguas indígenas e os catecismos (também chamados de doutrinas) se tornaram instrumentos importantes para a realização do ensino de leitura no Brasil Colônia. Nesse sentido, também, a leitura e a pregação andavam juntas.

Nos primeiros séculos da colonização, segundo Priori (2006, p. 100), cartilhas de alfabetização e ensino da religião eram usadas tanto para o aprendizado em casa quanto para o aprendizado em público (nas escolas, portanto). Trechos de uma cartilha citada por Priori (2006, p. 102) mostram a precedência da atividade da leitura à atividade de escrita e a concomitância do ensino religioso e o da leitura e da escrita:

[...] faz-se precisamente necessário que os Mestres adotem a penosa tarefa de leitura aos meninos com algumas breves práticas com que se vão cristianizando e instruindo; como Vós que já conhecéis as letras, que sabeis as sílabas e as palavras é necessário agora aprender as letras e a juntá-las com perfeição [...]. Esta vida é cheia de dependências e embaraços que vos causarão bastantes desvelos e mais crescidos se vos faltar a comodidade devem falar bem, ler e escrever bem.

Segundo Priori (2006, p. 102), as cartilhas ensinavam que se aprendia a ler repetindo as sílabas de duas letras, depois as de três letras. Como exemplo, a autora apresenta as seguintes sequências de sílabas: “babebibobu, dadedidodu; blableblibloblu, brabrebribrobru”. O livro analisado pela autora sugere que, após o aprendizado da leitura, seja ensinada a junção das sílabas para formar nomes de pessoas, seguido pelo nome de

cidades e do Padre Nossa. Apenas após esse aprendizado, segue-se para as demais classes de palavras. Importante perceber que o domínio da escrita das palavras do âmbito religioso recebia grande importância também no processo do ensino da escrita.

A cartilha citada pela autora ensina ainda que “Toda a escrita, todo o discurso de qualquer qualidade que seja principia sempre por letra capital [maiúscula]. Todos os verbos principiam na mesma forma.”³¹ (PRIORI, 2006, p. 104). Aqui está presente, logo nos primeiros passos das crianças no mundo da escrita, o ensino de uma regra ortográfica e de um cuidado estilístico, ao mencionar a necessidade do uso da “letra capital” em início de frase e a necessidade de haver paralelismo verbal nas frases - “Todos os verbos principiam na mesma forma.”

O ensino das regras ortográficas parece ter destaque no ensino da língua portuguesa à época. Esse dado pode ser verificado em outros documentos do período do Brasil Colônia. Em 1772, após a reforma pombalina, portanto, Dom José I, Rei de Portugal, via Legislação Régia, ordena o ensino das regras de ortografia da língua portuguesa nas escolas do reino e de seus domínios, conforme mostra o documento abaixo:

V. Item Ordoen: Que os Mestres de lêr, escrever, e contar, sejão obrigados a ensinar não sómente a boa forma dos caracteres; mas tambem as Regras geraes da Orthografia Portugueza: e o que necessário for da Syntaxe della; para que os seus respectivos Discípulos possão escrever correcta, e ordenadamente: Ensinando-lhes pelo menos as quatro especies de Arithmeticá simples; o Catecismo, e Regras da Civilidade em hum breve compendio [...] (PORTUGAL, 1772, p. 614).

Do trecho acima transcrito, chamamos atenção para o fato de “os mestres de ler e escrever” deverem ensinar não somente a “boa forma dos caracteres”, a caligrafia, portanto, mas também as regras gerais da ortografia e “o que necessário for da syntaxe della”. A importância dada à caligrafia pode ser entendida dentro de um contexto em que os documentos, à época, eram redigidos manualmente. A forma do texto também é ressaltada na cartilha analisada por Priori (2006), como vimos acima, quando enfatiza a necessidade de atentar para o paralelismo gramatical – “Todos os verbos principiam na mesma forma.”.

Segundo Priori (2006), o ensino de leitura iniciava-se com um exercício de soletração e silabação de textos religiosos já conhecidos dos alunos e, após, seguia-se para textos religiosos com conteúdos mais variados. Nesse sentido, conforme Jordão (2019, p. 32), citando estudo de Tanck de Estrada (1988, p. 54) realizado na América Latina, afirma que:

³¹ A autora não apresenta, no texto, o nome da cartilha em questão.

[...] para o ensino da leitura, as cartilhas associavam a um primeiro exercício de soletração de letras e sílabas a recitação de textos religiosos conhecidos de memória, relacionando o recitado ao escrito. Quando a criança já dominava a soletração da cartilha, passava-se a um segundo livro, chamado “Catão”, no qual se apresentava um conteúdo um pouco mais variado, contendo textos religiosos, como o “Evangelho”, e outros textos voltados à descrição dos deveres com o rei e com a Igreja.

Conforme Tanck de Estrada (1998), relata Jordão (2019), o ensino de leitura e o de escrita ocorriam separadamente por razões técnicas e econômicas, mais que por razões pedagógicas, uma vez que o papel era importado e, assim, escasso e caro, e a tinta preta poderia manchar a roupa do aluno. Além disso, a pena de escrever exigia certa destreza e habilidade manual. Por isso a escrita era reservada aos que já sabiam ler³².

Ainda citando Tanck de Estrada (1988), a autora afirma que, além dos custos envolvidos no ensino da escrita em razão do alto preço dos materiais, esse ensino demandava considerável tempo do professor, uma vez que era necessário aparar a pena a ser utilizada pelo aluno e traçar linhas no papel para facilitar o ato de escrita por parte dos alunos.

Quanto à dificuldade para o ensino dada a falta de material didático, apresentamos um relato do Pe. Vasconcellos, do ano de 1554:

Aqui nesta pobreza se abrio a segunda classe de Grammatica que teve o Brasil (porque já na Bahia se tinha aberto huma). Frequentavão-na nossos Irmãos, e bom numero de estudantes brancos, e mamelucos, que acudião das villas circunvizinhas. Lia esta classe o Irmão Joseph de Anchieta: ocupação em que perseverou alguns annos, com grande aproveitamento de seus discípulos, e com maior opinião de sua santidade. O trabalho era excessivo: ainda naquelle tempo não havia nestas partes copia de livros, por onde pudesse os discípulos aprender os preceitos da Grammatica.

Esta grande falta remediava a charidade de Joseph á custa de seu suor, e trabalho, escrevendo por própria mão tantos quadernos dos dittos preceitos, quantos erão os discípulos que ensinava; passando nisto as noites sem dormir, porque os dias occupava inteiros nas obrigações do officio: e acontecia não poucas vezes romper a manhã, e achar a Joseph com a penna na mão.

Não parávão aqui seus trabalhos; era de vivo ingenho, e era insaciável sua charidade, e de huma, e outra cousa tirava grandes forças. No mesmo tempo era mestre, e era discípulo, e os mesmos lhe servião de discípulos, e mestres; porque na mesma classe fallando latim, alcançou da falla dos que o ouvião a mór parte da lingoa do Brasil, que brevemente perfeiçou com tal excellencia, que pode reduzir aquelle idioma bárbaro a modo e regras grammaticaes, compondo Arte delias, tão perfeita, que aprovada dos mais famosos lingoas, foi dada á impressão e tem servido do guia, e mestra daquella faculdade aos que depois vierão, com proveito, e facilidade; e della ha lição particular em alguns Collegios da Provincia. Além da Arte, fez Vocabulário da mesma lingoa: traduzio a doutrina christãa, e mysterios da Fé, dispostos a modo de dialogo, em beneficio dos índios cathecumenos : e fez

³² Segundo Razzini (2008, p. 93), até meados do século XIX, no Brasil, ainda havia publicações de métodos que separavam o ensino da leitura e da escrita, a exemplo do método de Antônio de Carvalho, que, em 1850, publicou uma obra voltada para o ensino da leitura e outra para o ensino da escrita.

trattado, interrogatórios, e avisos necessários [...]. (VASCONCELLOS, 1865, p. 90, grifo nosso)

Segundo o Jordão (2019), para os poucos que seguiam os estudos, em cada etapa de ensino, usavam-se materiais distintos: inicialmente, os alunos utilizavam um graveto. O surgimento do lápis grafite e sua popularização foram fatos importante para a história do ensino da escrita. Para Razzini (2008), a popularização do uso do lápis, da pena e do caderno leva a mudanças nas práticas de sala de aula, principalmente para a diminuição dos exercícios orais, que estavam relacionados ao ensino mnemônico da “decoreba” mecânica e que recebia críticas, o que pode ter contribuído também para o aumento de exercícios escritos nas aulas. A popularização do lápis grafite e do papel permitiu que o ensino da leitura transitasse de exercícios de soletração e de silabação para exercícios de cópia.

É importante destacarmos que, se mudarmos o suporte, alteramos a leitura e a escrita, uma vez que, ao modificarmos a materialidade da escrita, interferimos nos sentidos a ela atribuídos. Assim, o que parece, aos olhos de hoje, não fazer muito sentido didático-metodológico, precisa ser entendido a partir das possibilidades de recursos disponíveis para o ensino da língua à época.

Em suma, nossa investigação mostrou que o ensino de língua portuguesa no Brasil entre 1500 e 1822 se divide em dois momentos: o primeiro momento, quando o ensino estava a cargo dos padres jesuítas; e o segundo momento, que ocorre a partir da publicação do Alvará de 28 de junho de 1759, que expulsa os padres jesuítas do país, instaura as aulas régias e torna obrigatório o ensino de língua portuguesa em todo território brasileiro.

O objetivo do ensino jesuítico era o de instrumentalizar os índios para o exercício do catolicismo e, para esse processo, era empregada a língua falada na terra a que chegavam. Nesse modelo de ensino, os jesuítas reduziam as línguas indígenas a uma escrita e uma gramática compatíveis com a estrutura do latim e muitos textos do âmbito religioso foram traduzidos para a língua indígena. Assim, as gramáticas das línguas indígenas e os catecismos tornaram-se importantes instrumentos para o ensino de leitura no Brasil Colônia.

Os filhos dos “principais da terra” também frequentavam as escolas jesuíticas; o objetivo do ensino para os filhos destes, porém, era o de instrumentalizá-los para serem padres, advogados e exercerem cargos públicos. A língua portuguesa era empregada apenas para intermediar o ensino da língua latina, uma vez que aquela, à época, era considerada língua vulgar. Assim, a língua portuguesa constituía-se em uma língua de alfabetização nas escolas. Da alfabetização, partia-se para o ensino do latim.

Sobre a formação das primeiras escolas jesuíticas, a “Chronica da Companhia de Jesus do Brasil”, do Padre Simão Vasconcelos (1597-1671), referida anteriormente, é bastante significativa. Além das escolas jesuíticas, havia outros locais de ensino, como em fazendas, onde padres ligados aos engenhos ensinavam a filhos de donos de fazendas, filhos de agregados e, algumas vezes, filhos de escravos. Nos centros urbanos, havia uma diversidade maior de formas e locais de ensino. Para o ensino, os padres jesuítas empregavam o método *Ratio Studiorum*. Este apresentava instruções em relação ao conteúdo a ser ministrado, à distribuição de prêmios aos alunos, entre outros.

A educação jesuítica predominou até a publicação do Alvará de 28 de junho de 1759, que proibiu o uso do método de ensino dos jesuítas e criou as aulas régias de Gramática Latina, Retórica e Grego. Já a Lei de 6 de novembro de 1772 criou as aulas régias de leitura, escrita e cálculo, além da cadeira de Filosofia. O objetivo das aulas de língua portuguesa, a partir desta Lei, era o efetivo aprendizado da sintaxe e da ortografia da língua portuguesa, e não mais de intermediar o ensino da língua latina.

Conclusão

A partir da análise dos documentos e de leituras realizadas em textos das áreas de história, história da educação, historiografia da língua portuguesa e linguística que tratam do período que abrange esta pesquisa, discutimos alguns aspectos sobre o ensino no Brasil de 1500, quando da chegada dos primeiros colonizadores, a 1822, quando o Brasil se torna politicamente independente.

Assim, inicialmente, apresentamos o contexto histórico do período que abrange a pesquisa. Na sequência, discorremos sobre o ensino jesuítico e o ensino proposto pela Coroa portuguesa a partir da expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII. Após a abordagem das questões mais gerais do ensino no período colonial, discorremos sobre o ensino da leitura e da escrita.

Apresentamos como se dava o ensino de língua portuguesa nos anos iniciais da vida escolar - poucos seguiam os estudos à época e, quando os seguiam, eram pessoas de classes socioeconômicas privilegiadas e, em grande medida, o objetivo era seguir a vida no clero ou, então, exercer cargos públicos.

Evidenciamos que o ensino da leitura e da escrita, à época que compreende nossa pesquisa, não se davam em conjunto, uma das razões era pelo fato de não se dispor de

materiais para a escrita e, quando se tinha acesso a eles, estes requeriam uma série de habilidades que as crianças ainda muito pequenas não tinham, como o trabalho com a pena de escrever. Assim, o que para nós, hoje, parece estranho e não faz sentido em termos de ensino de língua portuguesa, precisa ser compreendido no contexto de sua época.

Referências

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Atos do Poder Legislativo. Coleção Leis do Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM.-15-10-1827.htm. Acessado em: 08 fev. 2021.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DAHER, Andrea. Escrita e conversação: a gramática tupi e os catecismos bilíngues no Brasil do século XVI. *Revista Brasileira de Educação*, n. 8, maio/jun./jul./ago., 1998, p.31-43.

FARACO, Carlos Alberto. *História do português*. 1ª ed. – São Paulo: Parábola, 2019.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.135-150.

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.19-41.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Cultura escolar/cultura oral em São Paulo (1820-186). In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Org.). *Brasil 500 anos: Tópicos em história da educação*. v. 1, 1ª ed. São Paulo. Edusp, 2001, p. 67-96.

JORDÃO, Heloísa Gonçalves. *A produção de tela por alunos recém-alfabetizados*. 2019. Tese (Doutorado Programa de Pós-graduação em Educação, Linguagem e Psicologia) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n.3, p. 465-476, set./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7bgbrBdvs3tHHFg36c6Z9B/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02 mar. 2022.

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.43-59.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. *Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos*.

1^a ed. São Paulo: Editora Parábola, 2019.

PIANA, Maria Cristina. *A Construção da Pesquisa Documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional*. São Paulo: Editora UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2024.

POLL, Margarete von Mühlen, SILVA, Lullyana Bezerra da Silva, PEREIRA, Alexandre Macedo. Sobre o ensino de língua portuguesa no Brasil no período de 1808 a 1830. IN: **Revista X.** v. 17, n. 3, ja./jul., 2003. p. 863-887.

PORTUGAL. Alvará de Lei de 17 de agosto de 1758. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518740?show=full>. Acesso em: 25 fev. 2024.

PORTUGAL. Legislação Régia, 1772. Disponível em: <https://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/10/73/p635>. Acesso em: 05 fev. 2021.

PORTUGAL, Suplemento do Artigo 18 do Alvará de 28 de junho de 1759. Disponível em: http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/S18/1751_1760/1759_06_28_instrucoes.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

PRIORI, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORI, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. 5^a ed. São Paulo: Contexto, 2006.

RAZZINI, Márcia de Paula Gregório. Instrumentos de escrita na escola elementar: tecnologias e práticas. In: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Org.). *Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008, p. 91-114.

SAVIANI, Dermeval. *História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

SILVA, Rosa Virgínea Mattos e. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SOARES, Magda. Português na escola. História de uma disciplina curricular. In: BAGNO, Marcos (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2002. p. 155-177.

VASCONCELLOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesus do Brasil*. Tomo primeiro (e único). Segunda edição correcta e augmentda. Vol. MDCCCLXV (1865).

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Melo e. (Orgs.). *História da vida privada: cotidiano e a vida privada na América portuguesa*. v.1. 1^a ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2018, p. 258-303.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 2^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.95-134.

Submetido em: 10 de março de 2024
Aceito em: 26 de junho de 2024